

Eixo temático: Educação e Diversidade
Forma de apresentação: Resultado de pesquisa

COMO CONTRIBUIR NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POSITIVA DE CRIANÇAS NEGRAS ENQUANTO EDUCADOR BRANCO

Thais Stefani Donato Lima¹
KêniaKemp²

RESUMO

Aborda as questões de representatividade da diversidade étnico-racial na sociedade brasileira a partir do papel da educação escolar como agenciadora na construção de identidades positivas ou negativas desde a infância. Aponta para a perspectiva da necessidade de sensibilização e conscientização dos educadores brancos no sentido de um efetivo envolvimento na construção de processos de socialização que permitam efetivamente uma educação multicultural. A partir de uma revisão bibliográfica crítica pretende colaborar para avanços no sentido de comprometer a educação infantil com o projeto de uma sociedade mais equitativa e livre de preconceitos.

Palavras-Chave: Identidade, Educação infantil, Relações raciais.

INTRODUÇÃO

As questões étnico-raciais e de representatividade tem obtido grande visibilidade nos últimos anos tanto nas mídias sociais, como em grandes debates entre educadores, cientistas sociais, e outros grupos interessados. Nota-se no meio escolar a importância de levantar alguns questionamentos a respeito das discussões de valorização cultural e racial voltadas para o indivíduo negro, especificamente em relação à construção da identidade positiva das crianças, num ambiente onde o racismo ocorre muitas vezes de forma velada e os estereótipos são reforçados diariamente pela sociedade em que vivemos.

Segundo Ronilda Ribeiro (1996), desde o período da colonização no Brasil, o branco europeu alimentou a crença de superioridade em relação ao negro, determinando estereótipos não apenas às pessoas, mas a todo o continente Africano, visão essa que não foi retificada:

“Hostilidades inter-raciais estabeleceram-se e, sem dúvida, favorecem a formação de imagens negativas que poderiam ou não ter sido corrigidas no contato crescente estabelecido entre os continentes.”
(RIBEIRO, 1996, p.170).

Ainda no século XXI é importante preocupar-se com a reconstrução da imagem negra. A sociedade é baseada em padrões brancos e apesar da existência da lei 10.639/03 presente nas Leis de Diretrizes de Base, como alteração da lei 9.394/1996, que torna obrigatório o estudo da cultura afro-brasileira nas escolas, muitas vezes aprende-se apenas as relações

¹ - Estudante de Pedagógico Centro Universitário UniMetrocamp.

² - Professora Assistente II no Centro Universitário UniMetrocamp - Wyden, Campinas (SP). Mestre em Antropologia Social (Unicamp). Endereço para correspondência Rua Dr. Sales de Oliveira, 1661 - CEP 13035-270, Campinas – SP. Tel.: (19) 981119366. E-mail: kenia.kemp@metrocamp.edu.br

culturais relacionadas ao período de escravidão no país e não são abordados os aspectos positivos da cultura negra, causando uma deficiência na aprendizagem cultural e na compreensão histórica de outro ponto de vista que não o europeu. Isso pode causar um não reconhecimento de sua própria história para as pessoas afrodescendentes que se tornam imersas a essa cultura branca, voltada aos padrões de beleza, religião e comportamentais, conforme abordado por Ronilda Ribeiro:

“Da obrigação de definir um ideal impossível para realidade do próprio corpo e da própria história pessoal e ética, decorre a auto-imagem desfavorável e a auto-estima rebaixada, ou seja, sérios problemas de identidade pessoal. (...) Para a construção de uma auto-imagem negativa em crianças afro-americanas, que se faz acompanhar do rebaixamento da auto-estima, contribuem, além dos pais, professores e colegas, os vários meios de comunicação de massa.” (RIBEIRO, 1996, p.171 e 172).

Compreende-se, portanto, que a construção de uma identidade positiva da pessoa negra desde sua infância possui grande importância, conforme aspectos a serem identificados, como segue. Primeiramente, levando em consideração que pode auxiliá-la na compreensão do trajeto percorrido historicamente por seus ancestrais para que ela ocupasse o lugar na sociedade em que ela está inserida, reforçando ainda a necessidade da representatividade. No que respeito aos educadores, auxiliar aqueles que não possuem formação ou experiência necessária para abordar o tema e transformam isso em um tabu, se veem desorientados, mas com desejo de contribuir para o crescimento de seus alunos ou ainda, educadores que não perceberam a necessidade de trabalhar essas questões.

ORIGEM DO RACISMO

Segundo Giralda Seyferth (2002, p.17), as diferenças referentes à cultura e ao fenótipo dos indivíduos estão associadas a desigualdade antes mesmo da invenção do conceito de raça. A autora elabora um trajeto histórico explicando seu uso na Antiguidade com o adjetivo “bárbaro” como sinônimo de não civilizado, atribuído aos povos não gregos. Posteriormente, o termo bárbaro passa a ser relacionado também a pessoas não cristãs e que não se amoldavam ao comportamento do modelo europeu etnocêntrico de civilidade. No século XVIII surge o evolucionismo social partindo para a ideia de que havia alguma desigualdade biológica entre as “raças” humanas e a “barbarização” aborda a todos os não brancos.

Os usos e costumes de um país integram uma cultura, e são elementos essenciais para a construção da identidade de um povo, construindo a compreensão de mundo do indivíduo, porém devido a visão etnocêntrica, algumas culturas têm como verdade absoluta apenas as suas tradições e tudo o que é diferente a elas é considerado bárbaro. Certificando essa afirmação, Ruth Benedict (1972 apud LARAIA, 2004, p. 67) explica que a “[...] cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas, portanto, têm visões desconstruídas das coisas.” Compreende-se, portanto, que ao observar outra cultura é necessário se abster de sua própria lente enquanto padrão cultural que condiciona a visão sobre o outro, para que não ocorram julgamentos e comparações, tornando possível a compreensão e respeito das crenças de outra cultura que não ao que o observador está inserido – vale ressaltar que não há uma cultura correta ou errada, entende-se que cada grupo é composto por seus usos, costumes e tradições, fatores que os tornam únicos.

Ainda segundo Seyferth (2002, p.28), sobre raça “trata-se de uma invenção desenvolvida para interpretar a história das nações [...]” e o termo racismo “diz respeito às

práticas que usam a idéia de raça com o propósito de desqualificar socialmente e subordinar indivíduos ou grupos, influenciando as relações sociais”.

No período em que surgiu o conceito de raça coincide com a existência de uma hierarquização racial e no Brasil surgiu o discurso liberal, discutindo sobre a libertação dos africanos – ação necessária devido ao modelo capitalista que surgia naquele momento, pois não era viável ter mão escrava -, porém os negros não se adequavam ao modelo. Ou seja, poderiam servir como mão de obra escrava, mas não para terem pequenas propriedades ou um trabalho livre. A solução encontrada foi incentivar a imigração de europeus com o intuito de civilizar o país e para servir de mão de obra livre. Assim surge a tese do branqueamento social como forma de fazer avançar o progresso no sentido evolucionista do termo.

Há uma herança cultural desse momento. Até hoje, forjar uma explicação natural para diferenças sociais e étnicas, supondo uma hierarquia herdada das classificações raciais deterministas gestadas nos últimos séculos”, segundo Seyferth (2002, p.38 e 39) caracteriza muitos dos processos sociais que vivemos.

Desta forma, a autora afirma que os determinismos biológicos ocorrem, porém, utilizando outros formatos, sendo arraigado no senso comum e afetando diretamente na sociedade. Ocorre o que a autora chama de beneplácito do racismo, que incide em consentir ou concordar com, resultando na desigualdade.

IDENTIDADE E SUAS FORMAS DE REPRESENTATIVIDADE SOCIAL

Conforme apontado anteriormente, o racismo e a discriminação são resultado da hierarquização racial que surgiu do determinismo biológico, porém apesar de ser considerada uma ideia injustificável cientificamente, esse pensamento é reproduzido pelo senso comum e se propaga repercutindo tanto na vida de pessoas negras, que sofrem com essa teoria que reputa a superioridade dos brancos, quanto a dos próprios brancos que reproduzem esse pensamento sem fundamentação, de forma implícita ou explícita, sem empatia ou compreensão do processo histórico e decorrências vivenciadas pelos negros no Brasil.

Essas repercussões estão diretamente relacionadas à formação da identidade, que tem sido definida hoje em dia sem a visão acadêmica, segundo João Pereira, “como rótulo mágico e simplificador, para explicar as características do povo brasileiro e dos segmentos étnico-raciais que o compõem”, porém entende-se que identidade é uma “construção histórica e não um dado biológico” que se constitui por meio de “interpretações social e cultural dadas a essas características biológicas” (PEREIRA, 2002, p. 65), conforme afirmado por Maria Palmira da Silva:

“[...], à medida que a identidade pessoal e a identidade social não são fixas, é importante afirmarmos que as situações de injustiça social, exploração e opressão, decorrentes de práticas sociais discriminatórias, criam condições favoráveis para que o sujeito ou o grupo afetado internalize uma imagem desfavorável de si mesmo.” (SILVA, 2002, p.55 e 56.).

Segundo Silva (2002), a família ocupa um importante papel no processo de conscientização social por ser o grupo a dar início às assimilações das visões de mundo e do eu à criança. Para demonstrar esse processo, Silva (2002, pp. 56-61) apresenta entrevistas que foram realizadas com o intuito de relatar a construção do conceito de racismo do ponto de vista de pessoas negras e a percepção da ocorrência do mesmo no ambiente em que os entrevistados estão inseridos. A partir da realização de entrevistas, a autora ressalta como o fato de pertencer a um grupo pode ocasionar a apreciação ou desvalorização do indivíduo. Além disso, observa-se a capacidade obtida pelos entrevistados de perceber os comportamentos racistas que fazem com que ela suspeite de que a “consciência social

antecede as experiências de discriminação racial, assim como ao engajamento pessoal nas lutas de combate ao racismo” (SILVA, 2002, p.58).

Nas interações sociais que o indivíduo obtém desde o segundo grupo social de contato até o fim de sua vida, podem ser observadas as regras que regem uma cultura e os padrões por meio do comportamento geral que nos faz compreender quando realmente analisados, conforme outra entrevistada que afirma que a “violência da discriminação social que me tornou uma mulher consciente”. Porém em outros casos essa consciência racial e das desigualdades são quase que hereditárias, pois os familiares já tornam a próxima geração “militante do movimento negro de casa”, por meio, no caso do entrevistado, da participação de associações e militâncias do movimento desde a infância.

Levando em consideração que o início da construção da identidade ocorre na infância, observa-se que “a criança negra não encontra na escola modelos de estética que afirmem (ou legitimem) a cor de sua pele de forma positiva” (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA, RODRIGUES, 2010, p. 85), além das mídias sociais, desenhos e filmes, conforme afirmado por Giroux (2001) em relação aos filmes produzidos pela Disney, que passa às crianças a representação de “que diferenças culturais que não correspondem à marca da etnia branca de classe média são anticonvencionais, inferiores, ignorantes e uma ameaça a ser superada” (GIROUX, 2001, p. 102).

EDUCADORES BRANCOS EM SALA DE AULA

Segundo SILVÉRIO E SOUSA (2010), alterações nos conteúdos curriculares das escolas tem sido reclamadas por negros e índios devido a reprodução da concepção europeia utilizada em sala de aula, sem considerar as demais experiências de outros grupos sociais em diferentes contextos, pois ocasiona em decorrências no processo de ensino aprendizagem levando em consideração que muitos dos livros didáticos “podem contribuir de forma negativa para a autoestima da criança negra e de seu pertencimento racial” (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA, RODRIGUES, 2010, p. 84) e dos índios também.

Com a Lei 10.639 a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" desde 2003 e a questão da pluralidade cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais de fato trouxe um avanço para as discussões e práticas pedagógicas.

Entretanto, é necessário envolver e comprometer com essa mudança de paradigma eurocêntrico em nossa educação o conjunto de educadores, no sentido de sensibilizar e qualificar não apenas as vítimas de preconceitos e discriminações. Os educadores que possuem privilégios em função da cor da pele, muitas vezes não estão conscientes e por isso não exercem empatia com as crianças não brancas. Uma mudança na formação de professores, bem como um debate social que envolva a todos permitiria o planejamento e implementação de relações educacionais mais multiculturais e portanto, equitativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado desse levantamento, considera-se de suma importância que a educação escolar desmistifique os conceitos genéticos que justificam o racismo, conhecido como um determinismo biológico, por meio da apresentação de fatores históricos.

A educação escolar infantil deve considerar em seu currículo, seja ele oculto ou não, a importância de dar visibilidade às crianças negras por meio da promoção de atividades afirmativas que valorizem suas características fenotípicas trazendo assim representatividade a elas em sala de aula. Esta seria uma colaboração crítica e fundamental na construção de suas identidades positivas.

Ainda, a ação dos educadores em sala de aula deve ser acompanhada da conscientização do quão importante é evitar o uso de abordagens racistas e preconceituosas com as crianças, tratando da relevância das discussões referente à obrigatoriedade das leis que garantem o estudo da cultura afro-brasileira na escola, analisando a presença do mercado editorial e informações fornecidas para maior compreensão do tema.

Complementarmente a isso, os avanços no sentido de uma sociedade menos discriminatória e excludente percebe-se que as questões de privilégios sociais referente às pessoas com a pele branca apontam para a necessidade da conscientização dos educadores. Com a sua efetiva percepção das condições de privilégios que os situam privilegiadamente em uma sociedade discriminatória, podem compreender como se posicionar mediante as situações vivências por seus alunos negros, sensibilizando-se para o fato que nunca vivenciarão essas experiências por serem beneficiados por sua cor.

Com esse envolvimento consciente, crítico e sobretudo ético, as questões étnicas no ambiente escolar avançariam em sua legitimidade enquanto uma questão que envolve o empenho de todos rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A; OLIVEIRA, F. de; RODRIGUES, T. C. A criança negra, uma criança negra. *In*: ABRAMOWICZ, A; GOMES, N. L. (Orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GIROUX, Henry. Os Filmes da Disney São Bons para os Seus Filhos? *In*, STEINER, S. R. e KCHELOE, J. (Orgs.) **Cultura Infantil: A construção corporativa da infância**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. *In* **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis; ABONG, 2002. p. 17-43.

SILVA, Maria Palmira da. Identidade e consciência racial brasileira. *In* **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis; ABONG, 2002. p. 53-64.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Identidade e racismo: a ancestralidade africana reelaborada no Brasil. *In* **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis; ABONG, 2002. p. 73-85.

SILVA, Ana Célia. Ideologia do embranquecimento na educação brasileira e proposta de reversão. *In* MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996. p. 141-145.